



**Anais do Seminário de Pesquisa e
Produtividade da FESV e FESVV**

CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UM ESTUDO COMPARADO A PARTIR DAS REFORMAS EDUCACIONAIS NO BRASIL E NA ARGENTINA

Fábio Luiz Alves de Amorim¹

INTRODUÇÃO

Partimos da reconfiguração dos sistemas trabalhistas e de formação docente produzidos no Brasil e na Argentina para problematizar as condições de trabalho docente e formação continuada de professores/as: um estudo comparado a partir das reformas educacionais no Brasil e na Argentina. Para tanto, fizemos um levantamento das pesquisas e publicações da Rede de Estudos sobre Trabalho Docente (REDESTRADO/GESTRADO) articulado à formação de professores/as na América Latina, bem como das pesquisas e publicações da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (ANFOPE) sobre formação, tomando a cartografia como procedimento metodológico, foi efetivado a revisão de literatura do que tem sido produzido a respeito do tema de nossa pesquisa. Nesse processo, foram identificadas Legislações e das orientações oficiais sobre formação continuada de professores/as e direitos trabalhistas de cada país.

OBJETIVOS

Problematizar e analisar as reformas educacionais no Brasil e na Argentina e as implicações para a formação continuada de professores/as e para o trabalho docente.

¹ Professor e pesquisador da Faculdade Estácio de Vitória – FESV. A presente pesquisa foi contemplada por meio de bolsa docente no Programa de Produtividade Docente da Universidade Estácio de Sá (UNESA). E-mail: fabio.amorim@estacio.br.



Anais do Seminário de Pesquisa e Produtividade da FESV e FESVV

METODOLOGIA

O desenho metodológico consiste em pesquisa documental, análise de conteúdo, numa perspectiva comparativa das políticas de formação continuada de professores/as, bem como as implicações para o trabalho docente no Brasil e na Argentina.

A primeira etapa será de identificação das Legislações e das orientações oficiais sobre formação continuada de professores/as e direitos trabalhistas de cada país. Para tanto, utilizaremos as pesquisas e estudos da Rede de Estudos sobre Trabalho Docente na América Latina em articulação com uma instituição de Ensino Superior Argentina.

A segunda etapa se constituirá de em um intenso estudo para a fundamentação teórico-metodológica de pesquisas documentais, de análise de conteúdo e de metodologias de estudos comparativos. Dessa forma, seguiremos as orientações metodológicas da história comparada que contribuirá para a reconfiguração dos estudos comparativos em educação.

A terceira etapa, após produção, análise e tabulação dos dados, buscaremos um posicionamento mais reflexivo e analítico a partir de novos aportes teórico-metodológicos para a elaboração das considerações finais desta pesquisa. Para tanto, será considerada a potencialidade heurística das novas abordagens dos estudos comparados, evidenciando a necessidade de interrogar a historicidade do objeto, a partir de novos ângulos dos processos formativos em serviço e em continuidade, articulando processos locais a processos mais amplos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados trabalhos nos bancos de dados das associações de pesquisa, como dois importantes espaços de produção e circulação de estudos produzidos em diferentes instâncias do trabalho e da formação de professores/as, apontamos dificuldades enfrentadas pelos docentes nas dimensões políticas/pedagógicas do trabalho e da formação de professores. Esse processo nos faz refletir sobre os



Anais do Seminário de Pesquisa e Produtividade da FESV e FESVV

formatos, a abrangência, a burocracia e o atendimento às políticas ditadas pela lógica neoliberal, perceptíveis nos programas e projetos educacionais logrados no que tange ao trabalho e a de formação de professores/as nos dois países. Nesse sentido, sem o interesse de esgotar o debate, destacamos que a articulação entre trabalho e formação docente nos países da América Latina, neste estudo no Brasil e na Argentina, têm sido pautado por políticas associadas aos seguintes aspectos: a) a flexibilidade das leis trabalhistas; b) a proliferação dos programas e projetos de formação continuada; c) a falta de políticas de sustentação para a continuidade desses programas; d) o imediatismo exigido pela lógica dos avanços tecnológicos e do processo produtivo; e) o formato dos programas e projetos pensados ao largo das necessidades e expectativas, tanto dos/as professores/as quanto da escola; f) a carga horária dos/as professores/as que não contempla horários para formação continuada; g) a falta de autonomia local, tanto nos formatos dos cursos quanto na gestão financeira.

A partir da intensificação dos debates sobre a formação continuada de professores/as, articulados ao trabalho docente a partir do entendimento que essa formação se dá em serviço, se proliferaram os cursos, os encontros, nos seminários e nos congressos, ora organizados e apresentados pelos governos do Brasil e da Argentina, bem como pelos organismos representantes de pesquisadores e profissionais de educação e com uma crescente oferta também pelo setor privado, as discussões nesses eventos apontavam e apontam para a existência de um fosso entre o que determinam as leis, atravessadas por interesses mercadológicos e hegemônicos e o que de fato acontece nos espaços/tempos escolares, entre as ações de formação continuada e as demandas dos/as professores/as nos espaços complexos que são as escolas, divididas em horas de planejamento, formação e docência.

Diante do exposto, o estudo aponta que os processos que configuraram as políticas públicas de formação continuada dos/as professores/as articulada ao trabalho docente no Brasil e na Argentina, considerando o contexto das transformações



Anais do Seminário de Pesquisa e Produtividade da FESV e FESVV

operadas no mundo do trabalho e da produção, das reformas educacionais na América Latina, a partir da década de 1990, requer a compreensão das práticas cotidianas, das relações estabelecidas no ambiente escolar, bem como do papel do Estado nessas reformulações. Em especial, devem ser levadas em conta as implicações dessas reformas para a formação e a prática da docência, uma vez que diante das condições às quais são submetidos os docentes, as políticas educacionais parecem forjar uma “culpabilidade” atribuída a esses/as profissionais, referente ao “fracasso” da escola. A responsabilização dos/as professores/as pelos males da escola, por sua vez, emerge na ampliação da função social da educação, quando lhe atribuem serviços de urgências sociais, econômicas, sanitárias, etc., enfim, atribuindo à escola e ao/a professor/a a responsabilidade de “solucionar” problemas de cunho assistencialista.

CONCLUSÕES

Esse movimento em torno das políticas educacionais, especialmente das múltiplas iniciativas no campo da formação continuada de professores e do trabalho docente, por sua vez, deve ser compreendido no conjunto das recentes transformações no modo de produção capitalista - a transição do fordismo à acumulação flexível (BAUMAN, 2001) - entendendo-as como elementos que contribuíram para a constituição das políticas públicas para a educação engendradas pelos dois países nas últimas décadas, cujas principais características têm sido a regulação, a avaliação e o controle do ensino, segundo diretrizes de organismos internacionais. Como sabemos, as reformas no campo da educação traduzem especialmente a intenção de “adequar” o trabalho e a profissão docentes às demandas advindas das inovações tecnológicas e da conseqüente mudança no mundo do trabalho, cabendo ao Estado, pela lógica do mercado, intervir no trabalho e na formação de professores/as pela via das políticas educacionais, de forma a instituir mecanismos que regulem a profissão docente de acordo com demandas



Anais do Seminário de Pesquisa e Produtividade da FESV e FESVV

geradas pelos interesses mercantilistas. Dessa forma, o trabalho e a formação de professores sofrem consequências importantes em função de sua natureza, dos objetivos e finalidades das reformas implantadas e/ou em curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CORRÊA, Vera. **Globalização e neoliberalismo**: o que isso tem a ver com você, professor? Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

GENTILI, Pablo. SUARÉZ, Daniel. STUBRIN, Florência. Gindín. Reforma educativa y luchas docentes en América latina. In: **Educación e Sociedad**, Campinas-SP: Cortez, vol. 25, n. 89, p. 1251-1274, set/dez, 2004.